

A política do governo Bush para Taiwan: o fim da “ambiguidade estratégica”?

Arthur Coelho Dornelles Jr.

Entre 1979 e 2000, a Casa Branca sustentou a política de “ambiguidade estratégica” diante da defesa de Taiwan, assim, fornecendo apenas um tácito respaldo militar ao governo de Taipé. O presente artigo trata da política dos Estados Unidos para Taiwan, no período entre 2001 e 2003, enfocando a substituição da “ambiguidade estratégica” por uma suposta “clareza estratégica” diante da defesa da ilha. Nesse artigo, em primeiro lugar, pretende-se descrever a nova política dos Estados Unidos para Taiwan. Em segundo lugar, analisar seu significado e suas implicações políticas para as relações entre Pequim, Taipé e Washington.¹ É importante destacar que não há alternativa ao princípio de “uma China”, pois Taiwan é uma *província* da China. A presente análise está assentada sobre esse pressuposto.

O nascimento da “ambiguidade estratégica”

Em abril de 1949 os comunistas chineses depuseram o governo nacionalista da República da China (RC). Com a derrota na China continental, o presidente Chiang Kai-shek decidiu fugir para Taiwan, transferindo com ele o governo da RC. No fim de 1949, o presidente Harry Truman e o Secretário de Estado Dean Acheson decidiram abandonar a RC à sua própria sorte. A Casa Branca

tomou essa decisão não em função da natureza do regime político de Taiwan (notoriamente brutal e corrupto), mas porque Chiang era visto por Washington como uma figura incontrolável, imprevisível e militarmente incompetente. Contudo, a eclosão da Guerra da Coreia em junho de 1950 mudou o destino de Taiwan, pois Taipé passou a ser vista pelo governo norte-americano como um importante aliado no combate ao comunismo, especialmente em função de sua localização geográfica. Para solidificar a aliança, Washington e Taipé assinaram um Tratado de Defesa Mútua em 1954, o que permitiu a instalação de bases militares norte-americanas em Taiwan (Roy, 2003, pp. 108-112, Bush, 2005).

Entre 1949 e 1978, a Casa Branca manteve relações oficiais com a RC instalada em Taiwan, pois a considerava o legítimo governo da China. No entanto, a partir do início dos anos 70, o governo Nixon passou a considerar a República Popular da China (RPC) como um contrapeso significativo na luta contra a União Soviética (Bush, 2005, Roy, 2003).

Nesse sentido, em fevereiro de 1972 Washington e Pequim divulgaram um importante comunicado conjunto, no qual a Casa Branca declarou o abandono de sua política de “uma China, uma Taiwan”, ou “duas Chinas”, que vigorara de 1950 até então, e anunciou a adoção da política de “uma China”, postulada tanto pela RPC quanto pela RC. (US-PRC, 1972) A política (ou princípio) de “uma China” era uma espécie consenso mínimo entre RC e RPC, pois ambos os lados concordavam que havia somente um governo legal e legítimo de toda China, porém, cada lado alegava ser esse governo (Auer, 2004). No comunicado de

Arthur Coelho Dornelles Jr. é Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorando em Ciência Política pela mesma instituição. Seu email é arthurcoelho2525@yahoo.com.br.

1972, o governo norte-americano também afirmou que “os Estados Unidos reconhecem [*acknowledges*] que todos os chineses, nos dois lados do Estreito de Taiwan, sustentam que há somente uma China e que Taiwan é parte da China. O governo dos Estados Unidos não desafia esta posição.” (US-PRC, 1972 – tradução nossa)

Na versão norte-americana do comunicado, consta o termo “*acknowledges*” (reconhece), que indica o conhecimento de algo com o qual não necessariamente se concorda. Essa sutil ambiguidade foi deliberada, e visava a assegurar uma margem de manobra à Casa Branca. Na versão chinesa do comunicado, aparece o termo “*chengren*”, normalmente traduzido para o inglês como “*recognizes*”, o qual não tem a mesma flexibilidade de “*acknowledges*” (Hickey, 1988, Nathan, 2000).

Ainda no comunicado de 1972, a Casa Branca asseverou que a resolução da questão de Taiwan deveria ser pacífica e negociada, ou seja, sem alterações unilaterais no *status quo*². A RPC, por sua vez, declarou que “Taiwan é uma província da China (...) e a libertação de Taiwan é um assunto interno da China, no qual nenhum outro país tem direito de intervir” (US-PRC, 1972 – tradução nossa).

Em janeiro de 1979, Washington e Pequim divulgaram um segundo comunicado conjunto, em que os Estados Unidos reconheceram a RPC como a única e legítima governante da China. Com esse comunicado, o governo norte-americano obteve a normalização de suas relações diplomáticas com Pequim, rompidas em 1949. A Casa Branca afirmou no comunicado que “o governo dos Estados Unidos da América reconhece [*acknowledges*] a posição chinesa de que há somente uma China e que Taiwan é uma parte da China” (US-PRC, 1979 – tradução nossa). Considerando que tanto o governo de Taipé quanto o de Pequim eram chineses, e que as duas partes concordavam que havia apenas uma China, a declaração da Casa Branca foi consideravelmente vaga, pois não especificou se os chineses a que ela se refere eram os da RC ou os da RPC. Evidentemente, não se tratava de uma escolha casual de palavras; pelo contrário, essa declaração visava a garantir flexibilidade e ambiguidade aos Estados Unidos, permitindo, assim, sua aproximação com Pequim sem implicar automaticamente no abandono do regime de Taipé.

O restabelecimento das relações entre Estados Unidos e RPC resultou na ruptura das relações oficiais entre Washington e Taipé, obrigando o governo norte-americano a manter apenas representação não-oficial na RC³. Sendo assim, os Estados Unidos tiveram de denunciar ainda em 1979 o Tratado de Defesa Mútua que possuíam com a RC. Ao longo de 1980, as tropas norte-americanas foram removidas de Taiwan (Bush, 2005).

O congresso norte-americano, por sua vez, aprovou em 1979 o *Taiwan Relations Act* (TRA), através do qual Washington comprometeu-se a fornecer artigos de defesa para Taipé. Além disso, implicitamente, o TRA sugere que os Estados Unidos comprometeram-se a impedir qualquer

tentativa chinesa de reintegrar Taiwan pela força, pois consta no documento que Washington irá: “manter a capacidade dos Estados Unidos de resistir a qualquer recurso à força ou outras formas de coerção que possam pôr em risco a segurança, ou o sistema econômico ou social do povo em Taiwan” (United States, 1979, section 2(b), 6 – tradução nossa).

Um terceiro comunicado conjunto foi divulgado em agosto de 1982, abordando o tema da venda de armamentos norte-americanos a Taiwan. No comunicado, a Casa Branca declarou que forneceria apenas armamentos de caráter defensivo ao governo de Taipé. Os Estados Unidos também garantiram que as vendas seriam reduzidas com o passar dos anos, até o ponto de cessarem, mas advertiu que para isso, o governo chinês deveria tomar medidas favoráveis à resolução pacífica da disputa com Taiwan (US-PRC, 1982). Ainda em 1982, Washington forneceu secretamente a Taipé algumas garantias adicionais sobre seu *status* e sobre o fornecimento de artigos de defesa, que ficaram conhecidas como as “Seis Garantias a Taiwan”. Nesse documento, a Casa Branca comprometeu-se a: 1) não colocar uma data para o encerramento da venda de armamentos; 2) não alterar os termos do TRA; 3) não consultar a China antes de decidir que armamentos vender; 4) não mediar a disputa; 5) não alterar sua posição a respeito da soberania de Taiwan⁴; 6) não reconhecer formalmente a soberania da China sobre Taiwan (United States, 1982).

Assim, o abandono da política de “duas Chinas” em 1972 e a adoção de uma vaga noção de “uma China”, somada à deliberada falta de clareza do TRA quanto ao envio de tropas para defender Taiwan (e à denúncia do Tratado de Defesa Mútua), resultou no surgimento da política de “ambiguidade estratégica”.

Essa “ambiguidade” se mostrou altamente eficaz como mecanismo de dupla dissuasão, em que tanto Taiwan quanto China eram dissuadidas a não alterar unilateralmente o *status quo*. Em outras palavras, tal política permitiu que os Estados Unidos dissuassem a China de tentar tomar Taiwan (ou suas ilhotas) à força, pois Pequim temia que os Estados Unidos ainda estivessem dispostos a defender a ilha. Taipé, por sua vez, foi dissuadida a não realizar ações provocativas contra a China continental, o que nos anos 1970 e 1980 poderia significar uma tentativa de reconquistar o continente pela força. Desde o início dos anos 1990, as ações provocativas de Taipé passaram a ser sinônimo de atividades independentistas.

A “moderação” das autoridades de Taiwan

Em de fevereiro de 2000, a China divulgou um importante Livro Branco sobre Taiwan. Nele, a liderança chinesa afirmou que desde o início dos anos noventa Taiwan vem se afastando do princípio de “uma China”, além de investir pesadamente na aquisição de sofisticados armamentos norte-americanos. De acordo com o governo chinês, essas duas linhas de ação dão mostra de que, ao longo de seu

governo, o presidente Lee Teng-hui, que governou a RC entre 1988 e 2000, teria procurado afastar Taiwan da reunificação, colocando-a no caminho da independência. No ponto chave do documento, Pequim assevera que:

(...) se ocorrer uma grave reviravolta que conduza à separação de Taiwan da China, ou se houver uma ocupação ou invasão estrangeira em Taiwan, ou se as autoridades de Taiwan, *indefinidamente*, recusarem-se a resolver pacificamente o problema da unificação através de negociações, então o governo chinês será forçado a adotar todas as medidas drásticas possíveis, incluindo o uso da força, para salvar a soberania da China e sua integridade territorial, e cumprir a grande missão de unificar a China (China, 2000 – tradução e grifos nossos).

O Livro Branco trouxe um elemento novo à questão de Taiwan, pois pela primeira vez a China afirmou que não poderia esperar indefinidamente pela reunificação. Até

Durante a campanha eleitoral de 2000, George W. Bush anunciou que promoveria o fim da “ambigüidade estratégica” diante da defesa de Taiwan.

então, a RPC sustentava que empregaria a força somente se Taipé declarasse independência, ou se a ilha fosse ocupada por forças estrangeiras. Com a afirmação de que não esperaria indefinidamente, Pequim passou a acenar com a possibilidade do emprego preventivo da força, uma vez que somente a liderança chinesa pode dizer se o prazo de Taiwan está esgotado, porque só a RPC pode determinar o que significa “indefinidamente”. Esse novo motivo para um eventual ataque chinês a Taiwan, foi denominado pela literatura como o “terceiro se”.

Com esse Livro Branco, o governo chinês esperava intimidar o eleitorado de Taiwan, e assim evitar que Chen Shui-bian fosse eleito presidente da RC nas eleições programadas para março de 2000. Chen era visto pela China como um independentista perigoso e Pequim temia que seu governo significasse independência. Apesar dos esforços da liderança chinesa, ele acabou sendo eleito por uma pequena margem de votos.⁵ Contrariando as expectativas chinesas, Chen afirmou no discurso de posse que em sua administração não seriam tomadas medidas unilaterais para alterar o *status quo*. Nesse sentido, ele garantiu que:

não declararei independência, não mudarei o título nacional, não promoverei a inclusão da dita descrição de “Estado a Estado” na constituição e, não promoverei um referendo para mudar o statu quo no que diz respeito a questão da independência ou unificação. Além disso, está fora de questão a abolição das Diretrizes para a Unificação Nacional e do Conselho para a Unificação Nacional (Taiwan, 2000a – tradução nossa).

Posteriormente, essas garantias ficaram conhecidas como os “cinco não”. A postura de Chen foi o resultado da pressão do governo norte-americano, pois após a eleição o representante dos Estados Unidos em Taiwan teve vários encontros com o novo presidente, e especula-se que o Departamento de Estado tenha previamente fornecido ao governo chinês o discurso de Chen, a fim de receber a “aprovação” de Pequim. Poucas horas após o discurso de posse, a China divulgou uma nota afirmando que a declaração havia sido evasiva quanto ao princípio de “uma China”, pois Chen havia declarado apenas que “os líderes dos dois lados possuem sabedoria e criatividade suficiente para, conjuntamente, lidar com a questão de uma futura ‘uma China’” (Taiwan, 2000a – tradução nossa). A RPC ainda exigiu que Chen aderisse ao “consenso de 1992” para reatar as negociações, o que seria um problema para o novo presidente, pois a aceitação do consenso significaria a adoção do princípio de “uma China”, algo que seu partido⁶

nunca havia reconhecido. A despeito dessa dificuldade, em junho Chen anunciou que estava disposto a aceitar o “consenso de 1992”, porém não da maneira que Pequim o entendia, ou seja, com Taiwan sendo um governo local sob a RPC. A liderança chinesa decidiu ser inflexível com Chen e não aceitou suas condições. Pequim pretendia

aproveitar o apoio norte-americano para extrair o máximo possível de Taipé, mas a correlação de forças dentro do partido do novo presidente parece ter sido desconsiderada pelo governo chinês, e o impasse persistiu (Chu, 2003, Bush, 2005).

O surgimento da “claridade estratégica”

Durante a campanha eleitoral de 2000, George W. Bush anunciou que, se eleito, promoveria grandes mudanças nas relações entre Washington e Pequim. Uma das mudanças mais importantes seria o fim da “ambigüidade estratégica” diante da defesa de Taiwan. Ainda na campanha eleitoral, Bush anunciou que trataria a China como “concorrente estratégica”, ao invés de “parceira estratégica”, como a administração anterior fizera a partir de 1996⁷ (Jia, 2005, Romberg, 2002).

Durante uma missão de espionagem em 1º de abril de 2001, uma aeronave da Marinha norte-americana (modelo EP-3, vigilância e reconhecimento) colidiu com um caça chinês, caindo em território da RPC. Os tripulantes norte-americanos sobreviveram, mas foram detidos na China por onze dias, apesar da exigência do presidente Bush de que a tripulação e a aeronave fossem liberadas imediatamente (United States, 2001). O piloto chinês não teve a mesma sorte dos norte-americanos, e morreu na colisão. A demora na liberação dos tripulantes e da aeronave foi um gesto de política doméstica, pois a liderança chinesa precisava atender às exigências dos militares, revoltados com o acontecimento. Evidentemente, os chineses também de-

sejavam colher todas as informações possíveis sobre o sistema de vigilância e reconhecimento da aeronave (Bush, 2005, Roy, 2003).

Adicionalmente, em 23 de abril o presidente Bush autorizou a venda de um grande pacote de armamentos a Taiwan⁸, o maior desde 1992, quando os Estados Unidos venderam a Taipé 150 aviões de caça (modelo F-16 A/B). Dois dias após a autorização à venda dos armamentos, o presidente Bush concedeu uma entrevista à emissora de televisão ABC na qual o entrevistador perguntou ao presidente o que os Estados Unidos fariam se Taiwan fosse atacada pela RPC. Bush respondeu que o governo norte-americano faria “tudo o que fosse preciso para ajudar Taiwan a se defender” (Kan, 2006, p. 70 – tradução nossa). Para tentar reduzir o impacto dessa declaração marcadamente pró-Taiwan, o presidente Bush deu mais uma entrevista naquele dia, na qual afirmou à emissora de televisão CNN que

é importante as pessoas notarem que a minha administração apóia fortemente a política de uma China e, que esperamos que qualquer disputa seja resolvida pacificamente. Essa é a mensagem que eu realmente quero que as pessoas ouçam. Mas as pessoas têm visto que estou disposto a ajudar Taiwan a se defender e, que nada mudou em (nossa) política (...) Tenho dito que vou fazer o que for preciso para ajudar Taiwan a se defender e os chineses precisam compreender isso (*Idem*).

Embora o presidente Bush tenha dado essa segunda entrevista para atenuar o teor da declaração anterior, nenhuma palavra seria capaz de apagar a expressão “tudo o que fosse preciso” da memória da liderança chinesa. Além disso, na entrevista à CNN o presidente Bush ainda reafirmou – de uma forma menos enfática – o que havia dito na entrevista à ABC. Em 29 de abril, o vice-presidente Richard Cheney, em entrevista à emissora de televisão Fox News, asseverou que:

o tipo de *ambiguidade* diplomática de que as pessoas falam, às vezes pode estar correta em diplomacia. Mas quando entramos em uma área onde um lado está cada vez mais demonstrando uma postura agressiva diante do outro, então é apropriado *clarificar* que, de fato, levamos isso a sério. Esse é um importante passo para os Estados Unidos e não queremos ver um mal-julgamento por parte dos chineses (*Idem*. ênfase acrescida).

Com essas três declarações, o governo Bush sinalizou para Pequim e Taipé que a política de “ambiguidade estratégica” estava sendo substituída por uma política de “clareza estratégica”. A nova política foi mais do que mera reação ao incidente do EP-3. Em grande parte, tratou-se de uma resposta ao Livro Branco de Pequim, divulgado em fevereiro de 2000. Em tal documento, a liderança chinesa havia anunciado sua disposição em atacar Taiwan preventivamente caso a reunificação fosse excessivamente pos-

tergada. A nova política de “clareza estratégica” visava reforçar a capacidade norte-americana de dissuasão contra a China e, assim, impedir um eventual ataque chinês a Taiwan na ausência de uma declaração de independência. Em outras palavras, Washington esperava fazer Pequim abandonar seu “terceiro se” (McDevitt, 2004, pp. 416-17).

Contudo, a “clareza estratégica” também foi, em boa medida, uma consequência da crise de 1995-96 no Estreito de Taiwan. Nessa ocasião, os Estados Unidos enviaram dois porta-aviões com escolta às imediações de Taiwan, em resposta aos diversos testes de mísseis feitos pelo governo chinês nas águas do estreito⁹. Após a crise, vários acadêmicos e congressistas republicanos passaram a questionar a utilidade da política de “ambiguidade estratégica”. Segundo esses críticos, a crise havia sido consequência da falta de clareza na posição norte-americana, o que levou Pequim a ser cada vez mais ousada em seus testes de mísseis, ou seja, em sua tentativa de intimidar a população da ilha durante a eleição presidencial de 1996. Por isso, eles passaram a recomendar o aumento da clareza na posição de Washington diante da defesa de Taiwan. O governo Bush foi composto ou assessorado por muitos desses acadêmicos e congressistas (Tucker, 2005).

A “clareza estratégica” e seus resultados

Ainda abril de 2001, o Comandante das forças norte-americanas do Pacífico, Almirante Dennis Blair, juntamente com uma delegação militar, realizou uma viagem a Taiwan com o objetivo de fornecer às Forças Armadas taiwanesas uma série de códigos de comunicação. Com tais códigos, foi possível estabelecer um canal direto de comunicação entre as Forças Armadas taiwanesas e norte-americanas, o que é vital em um cenário de ação conjunta. No mesmo mês, Washington anunciou o abandono do sistema tradicional de venda de armamentos a Taiwan. Pelo sistema antigo, a venda de armamentos estava restrita a uma única negociação por ano. Com o novo procedimento, Taiwan pode solicitar e comprar artigos de defesa e treinamento militar quantas vezes quiser, bastando haver a autorização do presidente norte-americano para a realização do negócio (Brookes, 2003, p. 5).

Adicionalmente, o Comitê de Relações Internacionais da Câmara de Representantes dos EUA aprovou em maio de 2001 uma lei que concedeu a Taiwan o *status* de “aliado maior extra-OTAN”. Poucas semanas depois a lei foi aprovada pelo plenário da Câmara. Pouquíssimos países desfrutaram dessa condição: Coreia do Sul, Japão, Egito, Austrália, e Israel. A elevação de Taiwan a essa condição significa que ela tem prioridade na ordem de recebimento de materiais militares, e que ela tem direito de participar de pesquisas e projetos conjuntos (Sheng, 2002).

Também em maio, a Casa Branca concedeu um visto de trânsito ao presidente Chen, para que ele “descansasse” nos Estados Unidos antes de completar sua viagem à América Central. Nessa ocasião, Chen ficou três dias em

Nova York, onde se encontrou com o Prefeito Rudolph Giuliani e vinte congressistas norte-americanos. Depois de Nova York, Chen ainda foi a Houston (Texas) para visitar o deputado republicano Tom DeLay, um dos principais lobistas de Taiwan em Washington. A complacência do governo Bush para com as visitas e aparições públicas de Chen contrastou significativamente com a abordagem adotada pela administração anterior: em agosto de 2000, quando Chen recebeu visto de trânsito para “descansar” em Los Angeles, o presidente Clinton proibiu os membros do executivo federal de se reunirem com o líder taiwanês. Além disso, o presidente Clinton pressionou o governo de Taipé para que não aceitasse os convites dos congressistas norte-americanos, especialmente, os que envolvessem aparições públicas (Hickey, 2004, Shih, 2004).

Além disso, em junho o governo norte-americano propôs que as negociações entre China e Taiwan fossem reto-

Os diversos sinais de apoio dos EUA a Taiwan contribuíram fortemente para o fim da moderação de Chen. Washington reforçou a confiança de Chen em seu respaldo militar, incentivando-o a provocar Pequim.

mas, sem abordar o princípio de “uma China”. A atitude de Washington foi um tanto surpreendente. Em primeiro lugar, em raríssimos casos a China solicitara que as conversações fossem reatadas. Em segundo lugar, porque desde o início do diálogo entre Taipé e Pequim (começo dos anos 1990), Taiwan tem buscado abordar temas técnicos, sem tratar do princípio de “uma China”. Em 1999, quando o presidente Clinton pressionou para que as conversações fossem retomadas, ele o fez apoiando a reivindicação chinesa de tratar dos assuntos políticos, ou seja, do princípio de “uma China” (Sheng, 2002).

O presidente Bush ainda concedeu permissão a Chen para realizar uma nova “visita de trânsito” aos Estados Unidos em dezembro de 2001. Nessa ocasião, o presidente da RC reuniu-se com cerca de vinte e cinco parlamentares norte-americanos em Nova York. No mês seguinte, novamente o presidente Bush concedeu uma “visita de trânsito” a uma alta autoridade de Taiwan, dessa vez a vice-presidente Annette Lu, que se encontrou com vários congressistas (Dumbaugh, 2006, pp. 13-14).

A Casa Branca também permitiu que o Ministro da Defesa de Taiwan participasse (em caráter “não-oficial”) de uma conferência em Washington, realizada em março de 2002.¹⁰ Nessa visita – inédita desde o fim das relações oficiais entre Washington e Taipé – o ministro da RC reuniu-se a portas fechadas com o sub-Secretário de Defesa Paul Wolfowitz, por cerca de duas horas (International Crisis Group, 2003, pp. 27-28). Em seu discurso na conferência, Wolfowitz declarou que:

Como o presidente Bush e outros têm dito, *os Estados Unidos estão comprometidos a fazer o que for preciso para ajudar Taiwan a se defender*. Nossa posição é clara. *Não apoiamos* a independência de Taiwan, mas nos opomos ao uso da força (*apud.* Brookes, 2003, p. 2 – tradução nossa, ênfase acrescida).

Wolfowitz claramente reiterou a declaração do presidente Bush (“o que for preciso para ajudar Taiwan a se defender”). Além disso, é importante notar que o “não apoiar” a independência de Taiwan, conforme anunciado pelo sub-Secretário de Defesa, não representa uma concessão ao governo chinês, pois “não apoiar” é algo bem diferente de “ser contra”. “Não apoiar” implica apenas em não fazer nada em favor, ou seja, indica neutralidade. “Ser contra” a independência, por outro lado, indicaria parcialidade, no caso, de Washington em favor de Pequim. Por essa razão, os Estados Unidos apenas afirmam que “não apóiam” a independência de Taiwan.

Em abril de 2002, o presidente Bush assinou uma lei que comprometeu os Estados Unidos a apoiar o ingresso de Taiwan na Organização Mundial da Saúde, na condição de observador. Essa era uma antiga demanda de Taipé, levada adiante pelo presidente Chen através de uma ampla campanha publicitária nos Estados Unidos (Swaine, 2005). Durante a reunião anual dos Ministros de Defesa da região Ásia-Pacífico, realizada em Cingapura no dia 2 de julho de 2002, Wolfowitz voltou a afirmar que os Estados Unidos fariam “tudo o que fosse preciso para ajudar Taiwan a se defender de um ataque chinês” (*apud.*, International Crisis Group, 2003, p. 29 – tradução nossa).

Ainda em julho, a RPC anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com a pequena República de Nauru, que recentemente havia rompido os laços diplomáticos com Taiwan. Para Chen, isso significava que a despeito de sua moderação – o que lhe trazia severos custos políticos, dentro e fora de seu partido – Pequim continuava a cooptar os poucos Estados que ainda possuíam relações oficiais com Taipé (Bush, 2005). Diante da atitude chinesa e das mencionadas ações e declarações do governo norte-americano, o presidente Chen decidiu responder à liderança chinesa com uma declaração bombástica. Deste modo, em agosto de 2002, durante o 29º Encontro Anual da Federação Mundial das Associações Taiwanesas (FMAT)¹¹, o presidente Chen abandonou a moderação e afirmou que

Taiwan não é uma parte de outro país, nem é um governo local ou província de outro país. Taiwan nunca poderá ser outra Hong Kong ou Macau, porque Taiwan sempre foi um Estado soberano. Em suma, Taiwan e China permanecem em lados opostos do estreito, *há um país em cada lado*. Isso deveria estar claro (Taiwan, 2002 – tradução nossa, ênfase acrescida).

Essa declaração ficou conhecida como “um país em cada lado” e representou uma importante reviravolta nas relações entre Taiwan, Estados Unidos e China. Até esse pronunciamento, o 11 de setembro havia tido pouco significado para as relações entre Washington e Taipé. Entretanto, quando Chen abandonou a moderação tudo mudou para Taiwan. Se os Estados Unidos consentissem com a radicalização do presidente taiwanês, estariam colocando em risco o apoio de Pequim no combate ao terrorismo, o qual era considerado importante por várias razões. Em primeiro lugar, porque os serviços de inteligência da China possuíam valiosas informações a serem compartilhadas com a inteligência norte-americana. Em segundo lugar, porque os Estados Unidos precisavam do apoio chinês no Conselho de Segurança da ONU. Em terceiro, porque Washington necessitava da cooperação de Pequim para acabar com as exportações chinesas de produtos sensíveis, especialmente, as de mísseis balísticos e de material nuclear (Kan, 2005, pp. 1-2, 6). Sob essas condições, o governo Bush decidiu adotar uma nova postura para Taiwan, no intuito de preservar a cooperação chinesa na “Guerra ao Terrorismo”. Assim, depois do exaltado discurso de Chen, nenhuma alta autoridade da administração Bush voltou a afirmar que “os Estados Unidos fariam tudo o que fosse preciso para ajudar Taiwan a se defender”.

Depois do exaltado discurso de Chen, o governo Bush decidiu adotar uma nova postura para Taiwan, no intuito de preservar a cooperação chinesa na “Guerra contra o Terrorismo”.

Contudo, a cooperação militar entre Taipé e Washington permaneceu praticamente inabalada, mesmo após a moderação da retórica das autoridades norte-americanas. A cooperação militar entre Estados Unidos e Taiwan foi intensificada em 1997, após a crise de 1995-96. Nesse evento, o governo norte-americano percebeu que sabia muito pouco sobre as forças armadas da RC e que seus canais de comunicação seriam insuficientes em um eventual cenário de guerra contra a China. Até a crise, as relações militares entre as duas partes estavam praticamente limitadas à venda de armamentos norte-americanos a Taiwan. Porém, desde 1997 Washington tem enviado regularmente conselheiros militares para auxiliar na absorção e assimilação dos armamentos adquiridos pelas forças armadas da ilha. Além disso, o governo Clinton também enviou alguns grupos de militares para avaliar as capacidades bélicas da RC, e deu início ao Diálogo Estratégico de Defesa com o comando militar da RC, o qual desde 1997 se reúne anualmente com os militares norte-americanos em Monterey, Califórnia. Entretanto, em 2001 o governo Bush intensificou substancialmente esse tipo de atividade em, no mínimo, uma ordem de grandeza, pois passou a enviar um número muito

maior de conselheiros e mais grupos de avaliação a Taiwan, além de aumentar a visibilidade do Diálogo Estratégico de Defesa. Um bom exemplo disso pôde ser visto em junho de 2003, quando Paul Wolfowitz recebeu o vice-Ministro da Defesa da RC no Pentágono, ao invés de recebê-lo em Monterey (Chase, 2005).

O significado da “claridade estratégica”

Os diversos sinais de apoio a Taiwan contribuíram fortemente para o fim da moderação de Chen. Foi um erro do governo norte-americano: se desejavam o apoio da China no combate ao terrorismo, os EUA deveriam assegurar a moderação de Taiwan. Em vez disso, Washington terminou por reforçar a confiança de Chen em seu respaldo militar, incentivando-o a provocar a China continental.

As ações de Washington em favor de Taipé contribuíram fortemente para o fim da moderação de Chen. Isso porque, o governo norte-americano enviou diversos sinais de apoio a Taiwan, exatamente no momento em que os Estados Unidos não deveriam fazê-lo, pois se desejavam manter o apoio da China no combate ao terrorismo, era preciso assegurar a moderação de Chen. Porém, ao invés disso, Washington acabou reforçando a confiança do presidente de Taiwan em seu respaldo militar, indiretamente, incentivando-o a provocar a RPC.

A política tradicional de Washington era dissuadir a China de atacar Taiwan, ao mesmo tempo em que dissuadia Taiwan de declarar independência e de realizar ações provocativas. Em outras palavras, até o presidente George W. Bush, os Estados Unidos sustentaram a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan

por meio de uma política de *dupla dissuasão* (Christensen, 2002, Yang, 2006). Porém, as ações do governo Bush em 2001 e 2002 dissuadiam apenas a China, enquanto eram percebidas por Taiwan como uma espécie de “cheque em branco” para fazer o que desejasse.

O abandono da dupla dissuasão foi uma consequência direta da “claridade estratégica”, pois sob tal política, caberia a Washington determinar o que representaria uma alteração unilateral no *status quo* entre Pequim e Taipé. Em outras palavras, com a explicitação de sua disposição em defender Taiwan caso ela fosse atacada sem declarar independência (“claridade estratégica”), a Casa Branca teria que esclarecer, inequivocamente, quais seriam as medidas políticas e jurídicas que representariam uma declaração de independência por parte de Taipé. Da mesma forma, Washington teria que determinar, claramente, quais os tipos de ações militares da China contra Taiwan que deflagriam a intervenção norte-americana. Como o governo Bush optou por uma política de “claridade estratégica” desprovida de parâmetros para seu envolvimento militar, essa política não poderia cumprir sua finalidade, ou seja, dupla dissuasão em um patamar de estabilidade mais elevado do

que o alcançado pelos governos anteriores. O resultado foi a redução expressiva do efeito de dissuasão sobre Taiwan, pois na ausência de parâmetros, Taipé interpretou como apoio a si os sucessivos gestos norte-americanos que, na verdade, visavam apenas a aumentar o efeito de dissuasão sobre a RPC.

Contudo, mesmo que o governo Bush implementasse tal política com parâmetros claros, ela ainda seria capaz de produzir algumas dificuldades. Se fosse estabelecida uma “linha vermelha” que indicasse a Taipé e a Pequim o limite do tolerável por Washington, a aposta seria maior, ao menos em termos de credibilidade do compromisso dos Estados Unidos com a defesa de seus aliados. Se um dos dois lados cruzasse tal linha vermelha e Washington não respondesse adequadamente, o governo norte-americano

Após perceber os efeitos negativos de sua política de “clareza estratégica”, o governo Bush passou a pressionar Taipé para retomar as negociações com Pequim, o que requereria o reconhecimento do princípio de “uma China” por parte de Chen.

teria muita dificuldade para justificar sua inação e sua credibilidade seria fortemente abalada. Com uma política de “ambiguidade estratégica”, por outro lado, seria muito mais fácil para a Casa Branca justificar uma eventual não-intervenção, pois para essa política funcionar os limites da ação de Taipé e Pequim não precisam estar minuciosamente claros. Basta indicar à China que não deve tentar anexar ou atacar Taiwan, ao passo que o governo da ilha precisa apenas ter em mente que não deve declarar independência nem ameaçar a RPC com medidas relacionadas a isso.

Adicionalmente, ao estabelecer parâmetros objetivos, Washington em tese só poderia agir depois que uma das partes ultrapassasse os limites determinados. Enquanto isso não acontecesse, o governo norte-americano teria de permanecer como expectador, pois se os limites estivessem claros e as duas partes não os ultrapassassem, não haveria justificativa para agir preventivamente. O resultado disso seria um provável acirramento da disputa entre Taipé e Pequim, pois o conflito político (e eventualmente militar) tenderia a escalar para um patamar próximo à fronteira determinada por Washington. Nesse cenário, os riscos de um conflito por erro de cálculo seriam maiores do que os produzidos pela política de “ambiguidade estratégica”.

Naturalmente, a Casa Branca percebeu que a “clareza estratégica” tinha problemas, com ou sem o estabelecimento de uma linha vermelha. Contudo, o governo Bush optou por uma política desprovida de parâmetros para manter sua liberdade de ação na disputa entre Taiwan e China, mas aparentemente não conseguiu prever que uma política de “clareza estratégica” sem uma linha vermelha acabaria resultando na dissuasão de apenas uma das

partes.

A volta à “ambiguidade estratégica”

Após o governo Bush perceber os efeitos negativos de sua política para Taiwan, a Casa Branca passou a pressionar Taipé para retomar as negociações com Pequim, o que, dessa vez, requeria o reconhecimento do princípio de “uma China” por parte de Chen. Diante da nova disposição dos Estados Unidos, o presidente de Taiwan declarou ao jornal *Washington Post* em outubro de 2003 que “Taiwan não é uma província de um país, nem um estado de outro” (*Washington Post*, 2003). Chen deixava claro que não seria intimidado nem pelos chineses nem pelos norte-americanos.

Em novembro de 2003, com a lei de referendo em vias de aprovação no legislativo, o presidente de Taiwan declarou que convocaria um “referendo defensivo”, realizado juntamente com a eleição presidencial programada para março de 2004. No referendo, os taiwaneses deveriam responder se eram favoráveis ou não ao orçamento especial de defesa que estava tramitando no congresso. Com esse orçamento especial, seriam adquiridos dos Estados Unidos importantes sistemas antimísseis, medida que, segundo o presidente, era urgente, em vista do aumento constante dos mísseis chineses mirados em Taiwan. Chen decidiu fazer esse anúncio antes mesmo da aprovação da lei, em função da viagem do premiê chinês aos Estados Unidos, prevista para o início de dezembro. Pequim se opôs à consulta, pois temia que o presidente de Taiwan iniciasse uma política de referendo para, futuramente, declarar independência através de consulta popular (Shih, 2004). No dia 9 de dezembro, o premiê chinês Wen Jiabao reuniu-se com o presidente Bush na Casa Branca. Ao lado de Wen, Bush afirmou que

a política do governo dos Estados Unidos é “uma China”, baseada nos três Comunicados e no *Taiwan Relations Act*. Nos opomos a qualquer decisão unilateral da China ou de Taiwan de alterar o statu quo. E, *as declarações e as ações realizadas pelo líder de Taiwan indicam que ele pode estar disposto a tomar decisões unilaterais para alterar o statu quo, o que nos opomos* (United States, 2003a – tradução nossa, ênfase acrescida).

Nesse ponto, a Casa Branca havia percebido que precisava mandar uma mensagem clara para o governo de Taipé, pois, caso contrário, Chen continuaria elevando a tensão entre as duas margens do estreito com suas ações provocativas. Assim, o governo Bush utilizou a visita de Wen Jiabao para aumentar o impacto político de sua declaração, no intuito de assegurar que a liderança de Taiwan entendesse corretamente a mensagem. Em outras palavras,

para que Taipé percebesse que estava novamente em vigor a tradicional política de “ambiguidade estratégica” e, conseqüentemente, a dupla dissuasão. Além disso, o presidente não apenas usou as conhecidas palavras da “ambiguidade estratégica”, sem nenhum sinal adicional de apoio a Taiwan, como também explicitou sua oposição às ações provocativas de Chen. Assim, Washington deixou clara a mudança de rumo em sua política. Chegava ao fim a “clareza estratégica”.

Conclusão

Durante os primeiros anos do governo Bush, os EUA adotaram uma política de “clareza estratégica” desprovida de critérios objetivos para seu envolvimento militar, o que aumentou sua capacidade de dissuasão sobre Pequim, mas enfraqueceu substancialmente o efeito dissuasório sobre Taipé. Com isso, Washington contribuiu para o aumento da confiança da RC em seu apoio político e militar. Tal fato, associado à retomada chinesa do isolamento internacional de Taiwan, resultou no acirramento da tensão entre os dois lados do estreito. No fim de 2003, após constatar diversas vezes as conseqüências negativas de sua nova política, o governo Bush voltou à tradicional “ambiguidade estratégica”, em função da necessidade conjuntural de manter a cooperação chinesa na “Guerra ao Terrorismo”.

Em uma situação tão complicada e delicada como essa disputa, o governo norte-americano não deveria buscar “clarificar as coisas”, pois quanto mais clara estiver sua posição, maior será o efeito de dissuasão sobre uma das partes, mas menor será sobre a outra. Mesmo que essa “clareza” seja adotada com critérios objetivos para o envolvimento militar de Washington, ainda assim não se trataria de uma boa opção. Em primeiro lugar, porque isso aumentaria a responsabilidade dos Estados Unidos nesse tema e o deixaria com menos opções de ação. Em segundo, porque o estabelecimento de parâmetros objetivos poderia elevar as chances de um conflito entre os dois lados do estreito, uma vez que, por razões de política doméstica, tenderiam a agir mais próximas da linha vermelha, na certeza de que poderiam fazê-lo sem precipitar uma intervenção militar por parte de Washington.

Notas

¹ O nome Taiwan será utilizado como sinônimo de República da China ao longo do texto. Essa escolha foi feita apenas para evitar excessivas repetições e facilitar a leitura. As eventuais menções a “governo” de Taiwan (ou taiwanês) têm, igualmente, apenas o objetivo de facilitar a leitura do texto. Portanto, não se tem a intenção de insinuar que Taiwan é ou deva ser um “país independente” ou algo do gênero, pois como afirmado acima, Taiwan é uma província da China.

² Washington, tradicionalmente, tem definido o *status quo* na questão de Taiwan como nem independência, nem unificação.

O termo *status quo* será empregado aqui com o mesmo significado que a Casa Branca confere a ele.

³ As relações não-oficiais entre Estados Unidos e Taiwan são mantidas através do American Institute in Taiwan (AIT), situado em Taipé e, do Taipei Economic and Cultural Representative Office, localizado em Washington.

⁴ Washington sustenta que a soberania de Taiwan permanece indefinida, pois a ilha não é juridicamente independente e não foi reintegrada à China.

⁵ Para mais informações sobre a eleição presidencial de 2000, ver Rigger (2005).

⁶ O partido de Chen é o Partido Democrático Progressista (PDP), fundado em 1986. Durante os anos oitenta, o principal objetivo do partido era a democratização da ilha, seguido pela justiça étnica. Entretanto, em 1991 os independentistas exilados retornaram a Taiwan, fortalecendo a facção radical do partido (Nova Maré). O grupo radical então exigiu que a independência se tornasse o maior objetivo do PDP, e a facção moderada (Formosa) não lhe fez objeção. Apesar dessa dificuldade, Chen conseguiu abrandar a proposta da Nova Maré, fazendo com que o partido não se comprometesse diretamente com a independência, mas com a realização de um referendo sobre a questão. Após constatar que a bandeira da independência tinha um apelo eleitoral bastante limitado, o PDP reviu sua posição, e em 1999 anunciou que não era necessário declarar independência, pois a RC já era um Estado independente com uma jurisdição específica, que excluía completamente a China continental. Até então, o partido não reconhecia o nome “República da China” (Rigger, 2000, 2001, 2005).

⁷ A expressão “parceira estratégica” traduzia a disposição do governo Clinton em “engajar” a RPC nos regimes e organizações internacionais, a fim de enquadrá-la nas normas políticas e econômicas da comunidade internacional. (Oliveira, 2002, Lai, 2003(b), p. 324) Segundo Michael Swaine e Minxin Pei, “o objetivo de longo prazo dos EUA com o engajamento político e econômico da China é a emergência de uma sociedade aberta, que combine uma economia de mercado com instituições democráticas” (2002, p. 4 – tradução nossa).

⁸ O pacote consiste de: 8 submarinos (diesel-elétrico); 12 aeronaves Orion P3C (combate anti-submarino); 54 torpedos Mark-48 (anti-submarino); 44 mísseis de cruzeiro, modelo Harpoon (anti-navio, lançados de submarino); 144 sistemas de artilharia, modelo Paladin M109 A6 (autopropulsado); 54 veículos de assalto anfíbio (AAV7A1); quantidade não-especificada de sistemas eletrônicos de contramedida (AN/ALE-50, para caças F-16); 12 helicópteros MH-53 (combate anti-submarino); 4 destroyers classe Kydd; quantidade não especificada de sistemas de defesa antimíssil, modelo PAC-3 (Kan, 2005, p. 6).

⁹ Mais detalhes sobre a crise, ver: Ross (2000) e Garver (1997).

¹⁰ O título da conferência era “The United States – Taiwan Defense Summit, 2002”.

¹¹ A FMAT é uma organização pró-independência. Em seu encontro anual reúnem-se os militantes da independência espalhados pelo mundo.

Referências Bibliográficas

- AUER, James E. (2004) "The Shanghai Communiqué is Obsolete: time for a change". *Journal of International Security Affairs*. No. 7 (Summer) pp. 5-13.
- BROOKES, Peter. (2003) "U.S. – Taiwan Defense Relations in the Bush Administration". Heritage Foundation. *Heritage Lectures*, N° 808, pp. 1-8.
- BUSH, Richard C. (2005) *Untying the Knot: Making Peace in the Taiwan Strait*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- CHASE, Michael S. (2005) "U.S – Taiwan Security Cooperation: Enhancing an Unofficial Relationship", in: Tucker, Nancy B. (ed.) *Dangerous Strait: the U.S – Taiwan – China Crisis*. New York, NY: Columbia University Press, pp. 162-184.
- CHINA. (2000) "One-China Principle and the Taiwan Issue". Released by the Taiwan Affairs Office and the Information Office of the State Council, Beijing, PRC. Disponível em: <http://taiwansecurity.org/IS/White-Paper-022100.htm> . Acesso em: 12/10/2005.
- CHRISTENSEN, Thomas J. (2002) "The Contemporary Security Dilemma: deterring a Taiwan conflict". *Washington Quarterly*. Vol. 25, N° 4, pp. 7-21.
- CHU Yun-han. (2003) "Power Transition and the Making of Beijing's Policy towards Taiwan". *China Quarterly*, vol. 176, pp. 960-980.
- DUMBAUGH, Kerry B. (2005) *Taiwan: recent developments and U.S policy choices*. CRS Report for Congress. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/44122.pdf> . Acesso em: 16/10/2005.
- GARVER, John. (1997) *Face Off: China, the United States and Taiwan's Democratization*. Seattle, WA: University of Washington Press.
- HICKEY, Dennis van Vranken. (2004) "Continuity and Change: the administration of George W. Bush and US policy toward Taiwan". *Journal of Contemporary China*. Vol. 13, N° 40, pp. 461-478.
- _____. (1988) "America's Two-point Policy and the Future of Taiwan." *Asian Survey*. XXVIII (8), pp. 881-896.
- JIA Qingguo. (2005) "Partners or Competitors: a choice to be made", in: R. M. Hathaway and W. Lee. (Eds) *George W. Bush and East Asia: a first term assessment*. Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, pp. 117-129.
- KAN, Shirley A. (2006) *China/Taiwan: Evolution of the "one China" Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. CRS Report for Congress. Washington, D.C: Congressional Research Service.
- Disponível em: <http://www.ncseonline.org/nle/cr-reports/international/inter-71.cfm> . Acesso em: 05/12/2006.
- _____. (2005) *Taiwan: major U.S arms sales since 1990*. CRS Report for Congress. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/48794.pdf> . Acesso em 05/12/2006.
- LAI, David. (2003a) "A Referendum on Taiwan's Future: no easy exit". *Issues & Insights*, vol. 3, n° 6, pp. 1-18.
- _____. (2003b) "U.S – China Relations: A New Start", in: S. J. Flanagan and M. E. Marti. (Eds) *The People's Liberation Army and China in Transition*. Washington D.C: National Defense University Press, pp. 323-338.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. (2003) *Taiwan Strait I: what's left of "one China"*. Asia Report N° 5, 72p.
- McDEVITT, Michael. (2004) "The Security Situation across the Taiwan Strait: challenges and opportunities". *Journal of Contemporary China*, vol. 13, n° 40, pp. 411-425.
- NATHAN, Andrew J. (2000) "What's Wrong with American Taiwan Policy?". *Washington Quarterly*, vol. 23, n° 2, pp. 93-106.
- OLIVEIRA, Amaury P. (2002) "China – Estados Unidos: concorrentes estratégicos". *Política Externa*, vol. 10, n° 4, Mar/Abr/Maio, pp. 82-93.
- RIGGER, Shelley. (2001) "The Democratic Progressive Party in 2000: Obstacles and Opportunities". *China Quarterly*, vol. 168, December, pp. 944-959.
- _____. (2000) "Taiwan Rides the Democratic Dragon". *Washington Quarterly*, vol. 23, n° 2, pp. 107-118.
- _____. (2005) "The Unfinished Business of Taiwan's Democratization". In: Tucker, Nancy B. (ed.) *Dangerous Strait: the U.S – Taiwan – China Crisis*. New York, NY: Columbia University Press, pp. 16-43.
- ROSS, Robert S. (2000) "The 1995-96 Taiwan Strait Confrontation: Coercion, Credibility, and the Use of Force". *International Security*. Vol. 25, N° 2, pp. 87-123.
- SHENG Lijun. (2002) *China and Taiwan: cross-strait relations under Chen Shui-bian*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
- SHIH, Erich. (2004) "The Conduct of U.S – Taiwan Relations 2000 – 2004". Brookings Institution. *Papers of Visiting Fellows* (October), pp. 1-23.
- SWAINE, Michael. (2005) "Taiwan's Management of Relations with the United States during the first Chen Shui-bian Administration". Carnegie Endowment for International Peace. *Carnegie Papers*, (May), pp. 1-29.
- SWAINE, Michael D. e MINXIN Pei. (2002) "Rebalancing United States – China Relations". Carnegie Endowment

- for International Peace. *Policy Brief*. (February 13) pp. 1-8.
- TAIWAN. (2000a) "Taiwan Stands Up: Advancing to an Uplifting Era." Inaugural Address by Chen Shui-bian, May 20. Released by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponível em: www.mac.gov.tw/english/index1-e.htm . Acesso em: 12/10/2005.
- _____. (2002) "Opening Address of the 29th Annual Meeting of the World Federation of Taiwanese Associations". By Chen Shui-bian. August 3. Released by Office of the President of the Republic of China, Taipei, ROC. Disponível em: www.gio.gov.tw/taiwan-website/4-oa/20020803/2002080301.html . Acesso em: 12/10/2005.
- _____. (2005) *Taiwan's Year Book 2005*. Published by Government Information Office, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponível em: <http://www.gio.gov.tw/taiwan-website/5-gp/yearbook/p054.html> . Acesso em: 12/10/2005.
- TUCKER, Nancy B. (2005) "Strategic Ambiguity of Strategic Clarity?" in: *Dangerous Strait: the U.S – Taiwan – China Crisis*. New York, NY: Columbia University Press, pp. 186-211.
- UNITED STATES. (1979) *Taiwan Relations Act*. April 10, Public Law 96-8, Congress of U.S. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/TRA.htm> . Acesso em: 12/10/2005.
- _____. (1982) "Six Assurances" to Taiwan". by Ronald Reagan (July). Disponível em: www.taiwandocuments.org/assurances.htm . Acesso em: 12/10/2005.
- _____. (2001) "President Discusses American Plane and Crew in China." April 3, 2001. News Releases, White House. Disponível em: www.whitehouse.gov/news/releases/2001/04/20010403-3.html . Acesso em: 16/10/2005.
- _____. (2003) "President Bush and Premier Wen Jiabao Remarks to the Press." December 9, News Releases, White House. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/12/20031209-2.html> . Acesso em: 16/10/2005.
- U.S – PRC (1972) "Joint Communiqué between U.S – PRC." February 28. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/Shanghai.htm> . Última visita em agosto de 2005.
- U.S – PRC (1979) "Joint Communiqué between U.S – PRC." January 1. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/Joint.htm> . Última visita em agosto de 2005.
- U.S – PRC (1982) "Joint Communiqué between U.S – PRC." August 17. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/817.htm> . Última visita em agosto de 2005.
- WASHINGTON POST. (2003) "Taiwanese Leader Condemns Beijing, 'One China' Policy". *Washington Post*, October 7.
- YANG, Philip. (2006) "Doubly Dualistic Dilemma: U.S strategies toward China and Taiwan". *International Relations of the Asia-Pacific*, vol. 6, n° 2, pp. 209-225.